

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ANDERSON LEONARDO CARVALHO DOS REIS

**ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, TRANSPARÊNCIA E
DESINTERESSE DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TIMBIRAS-MA.**

São Luís

2018

ANDERSON LEONARDO CARVALHO DOS REIS

**ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO,
TRANSPARÊNCIA E DESINTERESSE DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
TIMBIRAS-MA.**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Administração de Empresas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Tadeu Gomes Teixeira.

São Luís

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Reis, Anderson Leonardo Carvalho dos.

Ética na gestão : orçamento participativo, transparência e desinteresse da população no município de Timbiras / Anderson Leonardo Carvalho dos Reis. - 2018.

45 f.

Orientador(a): Tadeu Gomes Teixeira.

Curso de Administração, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2018.

1. Cidadania. 2. Orçamento participativo. 3. Participação. 4. Transparência. I. Teixeira, Tadeu Gomes. II. Título.

ANDERSON LEONARDO CARVALHO DOS REIS

**ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO,
TRANSPARÊNCIA E DESINTERESSE DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
TIMBIRAS-MA.**

Aprovada em: 10/ julho/ 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Tadeu Gomes Teixeira (Orientador)

Doutor em Ciências Sociais

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Ademir Martins

Doutor em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande
do Sul

2º Examinador

Prof. Walber Lins Pontes

Doutor em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande
do Sul

3º Examinador

Dedico este trabalho a toda minha família, pela incontestável força que concedeu ao longo desses anos e em especial a minha sobrinha que está por vim a esse mundo e que foi a maior fonte de motivação e força para chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter iluminado meu caminho e concedido saúde, proteção e sempre mentido minha fé. Também ao meu pai Raimundo Batista (Neto) e minha mãe Maria de Jesus (Dijé) pelo apoio incondicional, ensinamentos, por sempre confiarem em mim, até mesmo nos momentos nos quais demonstrei fraqueza e quis desistir.

Agradeço também aos meus avós que me ajudaram muito nessa jornada, em especial a minha vó dona Lourdes por ter sido minha fonte de energias nessa estadia aqui em São Luís e pelo amor incondicional que sempre me concedeu.

Não poderia deixar meu agradecimento aos meus irmãos Leandro, Selles e Sillas que sempre me apoiaram incondicionalmente, a toda minha família pois são eles o motivo maior de todas as minhas vitórias.

Em nome de Tacyana Oliveira que foi muito importante no desenvolvimento deste trabalho e Ednilson Barros que muito ajudou na finalização deste trabalho, quero agradecer a todos meus amigos, colegas e pessoas que torceram e contribuíram direta e indiretamente, sem demagogia, pelo meu sucesso.

E por último, agradeço a todos os professores do curso de administração que contribuíram para este momento se concretizasse, que passaram seus conhecimentos com muita dedicação, ajudando assim no meu futuro profissional, em especial ao professor Me. Ricardo Carreira que fez apaixonar-me pelo curso de administração com suas aulas interativas e empolgantes, agradecer também à professora Ma. Adriana Araújo por ter me incentivado a me dedicar mais neste curso, que mostrou alguns caminhos importantes a seguir, e agradecer também ao meu orientador Dr. Tadeu Gomes Teixeira, que foi fundamental com seus conselhos para finalização desse trabalho, que sem sua ajuda na reta final eu não teria conseguido.

RESUMO

Neste trabalho trata-se da ética na gestão pública, mostrando procedimentos que relacionam a falta de transparência na utilização do orçamento participativo em Timbiras-MA, e a falta de interesse da população. Houve uma pesquisa bibliográfica, abrangendo autores de renome sobre os assuntos de transparência no setor público e orçamento participativo. Para aprimorar este trabalho, foi feita uma pesquisa de campo, por meio de questionários, respondidos pelos timbirenses dos bairros: São Sebastião, Anjo da Guarda, Horta, Olaria, Mutirão, forquilha e centro, com o propósito de conseguir dados quantitativos, em relação ao interesse da população em participar do processo de orçamento participativo no município e sobre a transparência do órgão público. Através desses questionários, adquiriram-se dados relevantes para mostrar o grande desinteresse da população frente à ferramentas de participação popular dentro da administração do município, também foi encontrado uma grande deficiência na transparência de informações do município em suas ações governamentais, no qual essa ferramenta de controle social é de extrema importância dentro do município, já que a maioria das pessoas questionadas nesse trabalho, usam a internet como forma de buscar informações. Finaliza-se que, é necessária a participação do setor público na obtenção de informações à população, para que gere um interesse maior dos Timbirenses em relação ao desenvolvimento nas suas comunidades através do orçamento participativo.

Palavras chaves: Orçamento participativo. Transparência. Participação. Cidadania.

ABSTRACT

This paper deals with ethics in public management, showing procedures that relate the lack of transparency in the use of participatory budgeting in Timbiras-MA, and the lack of interest of the population. There was a bibliographical research, covering renowned authors on the subjects of transparency in the public sector and participatory budgeting. To improve this work, a field survey was carried out, through questionnaires, answered by the Timbirenses of the neighborhoods: São Sebastião, Guardian Angel, Horta, Olaria, Mutirão, forquilha and center, with the purpose of obtaining quantitative data, in relation the interest of the population in participating in the participatory budgeting process in the municipality and on the transparency of the public agency. Through these questionnaires, relevant data were acquired to show the great disinterest of the population in front of the tools of popular participation within the administration of the municipality, a great deficiency in the transparency of information of the municipality in its governmental actions was also found, in which this tool of social control is of extreme importance within the municipality, since most of the people questioned in this work use the internet as a way of seeking information. It is concluded that the participation of the public sector in obtaining information for the population is necessary to generate a greater interest of the Timbirians in relation to development in their communities through the participatory budget.

Key words: Participatory budgeting. Transparency. Participation. Citizenship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONGs: Organizações Não Governamentais

O.P.: Orçamento Participativo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero/sexo

Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados

Gráfico 3: Formação escolar

Gráfico 4: Tempo de moradia dos entrevistados

Gráfico 5: Renda familiar dos interrogados

Gráfico 6: Participação da população em reuniões no bairro

Gráfico 7: Conceito sobre orçamento participativo

Gráfico 8: Ciência sobre a existência do orçamento participativo

Gráfico 9: Participação da comunidade na criação e aplicação do orçamento participativo no seu município

Gráfico 10: conhecimento da existência do orçamento participativo no município

Gráfico 11: Reuniões do orçamento participativo no seu bairro

Gráfico 12: Conhecimento sobre transparência na gestão pública

Gráfico 13: Transparência na criação e aplicação do orçamento participativo em Timbiras-MA

Gráfico 14: Relevância do orçamento participativo para seu bairro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. Conceito de Ética	14
2.1. Conceito de Cidadania	14
2.1.1. O uso da cidadania na comunidade	15
2.2. Definição de participação da sociedade	16
3. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	17
3.1. Produção do orçamento participativo municipal	17
3.1.1. Orçamento participativo e suas funções	18
3.2. Motivos que colaboram para a inexistência de transparência	19
3.2.1. Orçamento público x transparência x imparcialidade da população	20
4. METODOLOGIA	23
5. CAMPO DE PESQUISA	24
5.1. Órgão que analisa o orçamento participativo em Timbiras-MA	25
6. RESULTADOS DA PESQUISA	27
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

As reflexões sobre a ética começaram na antiguidade. Filósofos mais famosos, como Demócrito e Aristóteles, falaram sobre a ética como meio de alcançar a felicidade. O pensamento ético busca pressupor o comportamento humano, dizendo o que é certo e errado, justo e injusto.

A busca pela ética remete-se através das opções realizadas pelo homem. A opção certa leva-nos à um caminho de virtude, verdade e às relações justas. Levando em conta a ética na administração pública, somos sabedores que os gestores públicos lidam diariamente com conflitos éticos nas mais variadas situações e, circunstâncias. Assim, acredita-se que a ética tem um papel fundamental no desenvolvimento do poder público.

O presente trabalho versará sobre a ética na gestão pública e o mecanismo que expõe as relações entre a escassez de transparência na aplicação do orçamento participativo e a participação da população no município de Timbiras-MA.

Diante desse contexto, o trabalho apresenta o seguinte problema: Qual a percepção da população timbireNSE sobre a transparência e o orçamento participativo?

Tem-se como objetivo, detectar métodos que exibem a ligação entre essa falta de interesse da população com a falta de transparência na execução do orçamento participativo do município de Timbiras-MA e destacar suas características.

Fundamentou-se para conseguir dados sobre o que leva a falta de transparência quando o orçamento participativo é colocado em prática, assim como, a falta de interesse das pessoas. Destaca-se que, se tiver transparência na execução do orçamento participativo, esta transparência será de muita importância para garantir que a população fique sempre bem informada e detenha conhecimentos para uso da comunidade em busca de melhorias.

A necessidade e a relevância do estudo estão em informar à população timbireNSE sobre a ética na gestão pública e o que leva a ausência de transparência no período que o orçamento participativo é executado, assim como, a escassez na imparcialidade da mesma. Diante do contexto exposto, por meio dessa pesquisa pretender-se-á abordar sobre os fatores que envolvem a falta de interesse da população em relação ao orçamento participativo. Os resultados desse estudo

poderão servir como base científica para os gestores em sua prática administrativa ou mesmo promoverão importantes ponderações acerca da participação.

Evidenciando os fatos, uma comunidade bem informada sobre determinado assunto tende a melhorar e, além disso, certifica-se no progresso da participação. No entanto, a execução deste projeto contribuirá para o avanço de assuntos que para a população timbireNSE eram desconhecidos, além de oferecer a esse público uma outra visão sobre o tema abordado. Além disso, possibilita que a própria população possa criar soluções para os problemas públicos e direcionar receita municipal para a resolução das questões-problema identificadas.

2. CONCEITO DE ÉTICA

Ao falarmos em ética, de imediato causa argumentação sobre o assunto. E ao falarmos em ética na administração pública, o que acontece? Eis a questão! Consideramos súbita a corrupção, a extorsão, a ineficiência e outros diversos fatores. A questão da ética pública visa os princípios fundamentais, estes que são contrapostos aos que cognominamos no Direito, de "Normal Fundamental", uma norma fictícia com princípios ideológicos e que deve reger ou controlar tudo que estiver alusivo ao comportamento dos indivíduos em seu meio social, ou seja, conjurar a Constituição Federal.

Para Chauí (2004), todo ser ético é sujeito moral, para estarmos nessa linha devemos ter consciência e discernimento sobre nossas condutas, precisamos exercer o nosso raciocínio de forma ágil e sem deixar arrebatado pelos incentivos ou concepção dos outros.

Considerando o que foi citado acima, podemos observar que ética e cidadania andam coadunadas, ou seja, se a ética for exercida de forma justa a cidadania será desempenhada de forma gradativa e isso fará com que a sociedade tenha progresso sucessivo.

2.1. Conceito de Cidadania

Ao transformar prioridades prescritas há décadas, e definir a ação dos árbitros políticos, permutando-os por fóruns nos quais a população transita as principais decisões, surge neste novo cenário a "cidadania", visto que, agrega-se a este âmbito a busca constante, onde o cidadão visa a conquista de suas atribuições, entre os quais, o da liberdade. (TEIXEIRA, 2006).

No entanto, entendemos que cidadania é o agregado de direitos e deveres praticados por um indivíduo que perpetua em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intercessão no gozo de seus espaços e na sua posição em poder nele interceder e transfigurá-lo.

Em princípio, faz-se necessário apresentar o conceito de Cidadania que embasa essa reflexão. Coutinho (2005) a define como a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de democracia efetiva), por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente

determinado. O autor enfatiza que “não é dada para os indivíduos de uma vez para sempre, de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, 2005, p.2).

2.1.1. O uso da cidadania na comunidade

Nos anos de 70 e 80 houve a criação de movimentos tidos como sociais, que tinham como objetivo reivindicar o não acatamento de ordens vindas de outras instituições (ALBUQUERQUE, 2014).

Reivindicações na distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização são um dos principais interesses dos movimentos populares e encontra-se em um dos princípios do estatuto das cidades, que é obrigação dos governantes atual a favor do interesse da população, no qual, às vezes entra em desacordo com o que realmente acontece, já que o acúmulo dos recursos fica partilhado apenas para algumas regiões do município, e as mais carentes, acabam ficando esquecidas (OLIVEIRA, 2001).

Com o surgimento dos movimentos sociais a parte pobre da população começa a mobilizarem-se buscando soluções de problemas de suas comunidades junto ao poder público, assim como demonstra Albuquerque (2004, p. 23) “a população de algumas cidades brasileiras, especialmente os seus setores mais pobres, passa a discutir os problemas que afetam suas vidas, as prioridades de investimento do governo municipal e a decidir o que deve ser feito, onde e quando”.

E com o debate nas comunidades, buscando melhorias junto ao governo municipal, ele envolve-se participando do processo democrático e fundamental na integração de um ambiente democrático dentro de seu município, sendo que, o poder público necessita da participação da população para o crescimento da comunidade (OLIVEIRA, 2001).

A participação da sociedade não ocorre somente através de suas reivindicações, mas também como ideias para benefícios tornam-se essenciais nas decisões do governo.

2.2. Definição de participação da sociedade

Os métodos de participação da sociedade comprovam que a função entre a comunidade e o governo está sendo recriada, por meio de uma mudança de pensamento que não tem mais como base a competição ou o confronto e sim uma atitude de colaboração.

Existem definições variadas sobre participação, desde a década de 90, e foca nos movimentos sociais e na administração pública de modo total, no qual várias definições passam a serem abrangentes, nos assuntos participação, democracia, controle social e parceria, fazendo assim que haja uma precisão em remodelar os significados históricos (ALBUQUERQUE, 2004)

O poder político pode ser praticado pela sociedade de forma direta, é o que contesta o observatório da justiça de cidadania (2006, p. 12), ou seja, “a própria Constituição garante ao cidadão o direito de participar das decisões da Administração Pública através de várias formas”.

As essenciais formas de participação presentes atualmente no Brasil, abrangendo os limites e capacidade, tem como dever recordar que possui atualmente no nosso país, uma orientação, de entender-se condutas de governo e sociedade (ALBUQUERQUE, 2004).

3. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Para OLIVIERA (2005), a oficialização da participação refere-se, contudo, aos procedimentos de organização, que passam a ter uma importância maior em resposta ao orçamento participativo, bem como, a cooperação para o nascimento de uma cultura participativa, que pode dar origem ao aparecimento de novos líderes e uma ligação maior do povo com questões relacionadas ao município, mostrando que o orçamento participativo mostra uma relação próxima com fortes limites dentro dessa cultura.

Mostra também outro nível da transformação dos movimentos em instituições, solicitando a adesão de normas menos desconhecidas de participação que estimulam, em muitas situações, algo mais formal e burocrático nas instituições.

Nota-se que, a função das organizações não governamentais (ONG'S) e as redes de movimentos sociais que procuram uma atuação nas discussões e intermediação das políticas públicas, vivem uma nova etapa, são estimuladas por novas possibilidades, no intuito de atuar na intermediação na gestão de políticas públicas, que instiga a uma nova forma qualificação técnica e política (ALBUQUERQUE, 2004).

Após esses experimentos de orçamento participativo, a sociedade que até 1989, não entravam de forma mais firme na criação e desenrolar do orçamento participativo, passa a envolver-se mais, inclusive no orçamento participativo sabendo de sua importância para o crescimento do município.

3.1. Produção do orçamento participativo municipal

Constata-se que, tem-se uma precisão de formação dos conselhos municipais, como ferramenta de controle social, contudo, a verdade coloca que estes conselhos, devem ter um papel mais estratégico, para expandir a mobilização, das necessidades sociais, controle social, e assistência na utilização dos recursos públicos (TEIXEIRA, 2006).

Em Timbiras-MA o orçamento participativo é produzido através de assembleias e audiências públicas propostas pela administração do município, pelas secretarias municipais e também por associações comunitárias e profissionais e sempre com a participação da secretaria de administração e planejamento, com o propósito de elencar os problemas de cada categoria e da sociedade em geral, para

o poder público colocá-las no orçamento público. Nessas assembleias são colocados em pauta os problemas das comunidades ou associações para que as administrações as coloquem na proposta de lei orçamentária anual do município, que será enviada para apreciação, votação e aprovação na câmara dos vereadores, de onde será aceita ou não e elencarem as prioridades dessas propostas.

3.1.1. Orçamento participativo e suas funções

Um dos principais pontos deste desse ciclo são as ocasiões que proporcionam e demonstram o funcionamento num todo do processo de decisão popular, no qual estão as reuniões comunitárias, de entidades, dos conselhos criados para o orçamento participativo e na orientação do andamento das deliberações feitas no ano anterior.

Há uma notícia importante de salientar no uso do orçamento participativo relativa a rejeição dos legislativos municipais, no qual Albuquerque (2004, p.44) “os processos de orçamento participativo têm sido muito criticados pelas câmaras municipais legislativas, que tradicionalmente “negociam” emendas à proposta de orçamento apresentada pelo executivo”.

Outra ideia vem de Oliveira (2005, p. 52), exprime que, “todos estes processos são fundamentais para fortalecer, criar laços e consolidar a relação da sociedade civil com o estado brasileiro”.

Em comparação a adquirir recursos advindos das organizações comunitárias, vira um acontecimento contraditório, no qual os orçamentos participativos aplicações financeiras e técnicas do governo, em contrapartida, as entidades populares são deixadas de lado, no instante em que adquirem estes investimentos para articulação e fortificar sua identidade (ALBUQUERQUE, 2004).

Há alguns modelos de participação, o qual seu percurso faz o cidadão suprir suas necessidades e ir de encontro com seus direitos, podemos enfatizar o referendo, plebiscito, a lei de iniciativa popular e os conselhos que envolvem os representantes da população e da administração publicam, resultando assim numa pratica que leva até o real exercício da cidadania (OBSERVATÓRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2006).

A população precisa de um bom conhecimento das atribuições fundamentais à justiça, para poder ter seus privilégios no sistema de cidadania e participação nos

assuntos referentes a sociedade, destacando que, a sociedade civil depois da ditadura sofreu uma remodelação política, no qual ficou explícito o efeito dessa participação, e assim, os benefícios constitucionais fixados na carta magna de 88, podem garantir o funcionamento da participação ativa, e também apresentar ao cidadão, ferramentas judiciais par execução leal dos seus direitos(OLIVEIRA, 2005).

Indaga-se muito sobre o significado de transparência, está no que lhe concerne estar ligada à administração pública, especialmente ao seu funcionamento, não deixando de lado seus princípios éticos, nem trabalha. Transparência atribui-se também a eficiência do governo em passar informações à população, quando é posta em questão, facilitando assim a todos os cidadãos e quem desejar saber sobre informações de seu município (TEIXEIRA, 2006).

Tem-se uma preocupação em usar temas que gera padrões relativos a um bom governo e a transparência no exercício dos direitos e deveres civis, no qual segundo Teixeira (2006, p. 37) “o bom governo se preocupa em praticar o que se denomina de responsabilidade fiscal”. Agora para Oliveira (2005, p. 42) é apresentado que:

[...] aqui no Brasil, leis que prezam pela transparência no uso dos recursos públicos e participação da sociedade na elaboração do orçamento são novas, de modo que ainda não permitem uma avaliação da sua eficácia. Entre estas Leis está a Lei 101, chamada de “Lei de Responsabilidade Fiscal”, de 05 de maio de 2000.

Portanto, têm-se alguns aspectos que se posto em pratica corretamente e tendo transparência, terão uma melhora significativa na gestão pública, inclusive no que se refere à cidadania, de acordo com Teixeira (2006, p. 38) fala que: “a informação para a cidadania: a informação adequada, bem organizada e disseminada constitui um elemento essencial para: a transparência, o desempenho da cidadania ativa e o fortalecimento da democracia (participativa e representativa)”.

3.2. Motivos que colaboram para a inexistência de transparência

Nota-se, que as ferramentas de acompanhamento e análise de programas são fundamentais, pois é através deles que podemos determinar os efeitos parciais e finais dessa política, entretanto eles quase não apresentam formas de análises dos processos, já se tratando de averiguar a entrada de cidadãos e grupos sociais na gestão pública, visto que essa forma de política, precisa de modificações na conduta

política das pessoas, tipo: no comprometimento com a atuação efetiva, desejo e predispor-se na busca de conhecimentos sobre a política dentro da comunidade e princípios ligados à participação, essa junção de pensamentos e atitudes fortalecerão o processo na sua apreciação. (OLIVEIRA, 2005).

Desta forma, constata-se que a desqualificação técnica e política dos chefes sociais para uma conduta propositiva, com o intuito de negociar e solucionar a conservação das características corporativas e de seus princípios, assim como, o aumento do desejo político do executivo e legislativo para a transparência.

Constata-se, que a corrupção está intrinsecamente relacionada aos princípios morais, e tem a carência de transparência como um fator que faz tal ato se alastrar ainda mais nos órgãos e grupos sociais, no qual a falta de informação reina, e tendo a falta dessa transparência evidenciando-se, no qual os atos não são mostrados claramente e possuem certo grau de desconfiança; resultado em punições leves. (TEIXEIRA, 2006).

Com isso, o envolvimento da comunidade deve ter um maior impacto, buscando informações com essa ferramenta de controle dos gastos públicos, pois hoje a transparência é fundamental no combate a corrupção.

Os fóruns de movimentos sociais, organizações não governamentais, associações, movimentos sindicais, entidades técnicas e profissionais estão expandindo-se pelo Brasil, gerando assim uma participação maior da comunidade nas decisões governamentais, melhorando assim substancialmente a qualidade de vida das pessoas e democratizando os procedimentos de tomada de decisão.

3.2.1. Orçamento público x transparência x imparcialidade da população

No ano de 1989, em Porto Alegre surgia o orçamento participativo, o qual se tornou modelo de regime de participação popular, recebeu prêmios internacionais e foi rebatido em centena de cidades pelo país e pelo mundo afora. A cooperação do público é vital para o excelente desempenho de uma soberania popular.

De acordo com o Portal da Transparência, o orçamento participativo é um meritório recurso de acréscimo do governo popular representativo, pois autoriza o cidadão a pleitear e determinar os objetivos de uma cidade. Nele, a população estabelece as precedências de aplicações em obras e infraestruturas a serem realizados a cada ano, com os bens do orçamento da prefeitura. Além disso, ele

produz o desempenho da cidadania, o pacto da população com o bem público e o comprometimento entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade ressaltando que os conselhos municipais estão interligados aos orçamentos.

O orçamento participativo valida a transparência por meio da emissão de conhecimentos orçamentários e pelo fornecimento de contas das autoridades e dos delegados do mesmo. Esses métodos geram convicção e melhoram os atributos da governança nas cidades e assim, auxiliam para limitar a corrupção e os inadequados gastos dos recursos públicos.

A magnitude de se argumentar questões como a cooperação popular no âmbito das políticas públicas, se intervém, entre outras coisas, pela ideia que se tem de que o agrupamento representativo que vivemos, hoje, que atinge uma doutrina democrática num contexto de pluralismo partidário e de delegação do poder, “não correspondeu com seus meios jurídicos e seu dever constitucional aos anseios nacionais de alforria do povo e da sociedade”. (BONAVIDES, 2003, p.7).

O Orçamento Participativo, afora ter planejado num contexto de júbilo democrático que o Brasil se tornou com a queda do regime militar, não é um modelo democrático de gestão pública aceito por todos. (PIRES, 2001, p.45).

Para o orçamento participativo funcionar, não existe fórmula, mas, para um excelente ciclo é necessário: assembleias gerais e setoriais, reuniões locais, participação da câmara municipal, desenho da matriz orçamentária e a avaliação do processo. Vale frisar que, para a inserção dessa técnica, é importante que exista interesse política da parte do prefeito e principalmente proveito da sociedade civil e da população em geral.

No que arrebatava a imparcialidade da população timbirense em cooperar para que o município tenha um transparente orçamento participativo?

Percebe-se que, as ferramentas de fiscalização e ponderação de programas são relevantes, uma vez que, a partir deles, é viável avaliar as consequências parciais e finais políticas, mas, eles pouco oferecem em termos de avaliação de processos, quando se trata de investigar a inserção de indivíduos e grupos na gestão pública, uma vez que essa cultura política necessita de uma mudança no comportamento político dos cidadãos, a exemplo de compromisso com a participação ativa, vontade e disponibilidade para inteirar-se da vida política da comunidade e valores relativos à

participação, esta soma de atributos irão fortalecer o processo quando da sua mensuração. (OLIVEIRA, 2005).

Contudo, o orçamento participativo é uma configuração contemporânea de associar a gestão pública com a população. Dessa forma, a sociedade deixa de ser meramente receptora dos serviços públicos e passa a ser cocriadora deles. As políticas públicas devem passar por uma averiguação popular, para que possam outorgar melhor às necessidades da população. Realizações como o orçamento participativo caracterizam a cidadania, pois concebe um ambiente democrático e igualitário para a definição de prioridades da gestão pública.

4. METODOLOGIA

No desenrolar do trabalho foi feito um estudo sobre a secretaria municipal de administração e planejamento, que é um órgão do poder público vinculado ao gabinete do prefeito da prefeitura municipal de Timbiras-MA.

O estudo primeiramente foi pautado em consultas e pesquisas bibliográficas, com a intenção de fundamentar o trabalho com informações técnicas para seu bom desenvolvimento. Em uma segunda fase fez-se de uma pesquisa de campo do tipo descritiva com abordagem quantitativa por meio da aplicação de um questionário envolvendo a avaliação do nível de interesse da comunidade no momento em que o orçamento participativo é aplicado. Exploratória porque buscou identificar a importância do Orçamento Participativo e descritiva por expor os atributos de tal orçamento.

O estudo foi realizado, assim, por meio de uma pesquisa quantitativa, realizada através da aplicação de um questionário fechado com os moradores dos bairros São Sebastião, Anjo da Guarda, Horta, Olaria, Mutirão, Destino e Forquilha e centro da cidade de Timbiras-MA.

5. CAMPO DE PESQUISA

O município de Timbiras-MA está situado na mesorregião leste Maranhense e na microrregião Geográfica de Codó, localizado a 316 km de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. De acordo com o último censo demográfico do ano de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o mesmo possui uma área de 1.486,584 km² e uma população de 27.997 habitantes (IBGE, 2010).

O município está nos seus 98 anos de emancipação política e em virtude a evolução dos pensamentos críticos de alguns e a ausência de pensamentos críticos de outros, sentiu-se o dever de elencarmos a cooperação da população no progresso deste município. Portanto, de acordo com os princípios básicos da Administração pública, iremos compreender se o poder público faz jus da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da publicidade e da eficiência.

No dizer de RuyCirne Lima (2006), a administração Pública é a atividade do estado executada pelos seus órgãos levantados do desempenho das funções públicas, dentro de uma relação jurídica que se estrutura na concentração de uma finalidade cogente.

Desvela-se então que a administração pública é a aglomeração de estruturas, serviços e agentes do Estado que trabalham para desempenhar os desprovements da sociedade, tais como: educação, saúde, cultura, segurança, entre outros.

A proposição de uma gestão pública, segundo Lima (2006) fundamenta-se na excelência de valores e de resultados. O ganho social é de extrema importância e alcança o topo em uma pirâmide de prioridade, pois “cria valor público para o cidadão”. Conforme o próprio Lima, “a gestão pública é focada em resultados e orientada para o cidadão”. A melhoria da qualidade ofertada pelos serviços públicos também é de responsabilidade da gestão pública que deve sempre estar elencada para uma “devida contribuição à competitividade do país” (LIMA, 2006 p.8).

Diante a concepção da pactuada por Lima (2006) para uma excepcional gestão pública em que engloba o desenvolvimento geral de uma cidade estão os fundamentos que são desempenhados com a publicidade dos fundos diligentes às políticas públicas apresentadas; da moralidade e legalidade estipulada diante da transparência realizada às benfeitorias à própria população e finalmente à excelência de toda a ação realizada que será devidamente direcionada aos cidadãos do município.

A conjuntura é que precisamos de uma esfera governamental competente, ativa e capacitada. Para tal, é preciso o reconhecimento das dificuldades do município e tentar solucioná-los mediante uma organização na gestão em conjunto a população.

5.1. Órgão que analisa o orçamento participativo em Timbiras-MA

A secretaria municipal de administração e planejamento, é atualmente vinculada ao gabinete do prefeito da prefeitura municipal de Timbiras-MA. Encontra-se localizada na Rua José Antonio Francis, sem número, centro de Timbiras-MA, e tem como secretário o senhor Edmundo Luiz do Nascimento Neto.

Sua principal função é planejar, coordenar, controlar e executar o conjunto de atividades administrativas da prefeitura municipal de Timbiras-MA, visando uma maior eficácia nas ações governamentais. Tem também a responsabilidade de recrutamento, seleção, treinamento, controles funcionais e demais assuntos relativos a gestão pessoal, assim como assessorar os secretários municipais quanto ao planejamento de suas pastas de acordo com o programa do governo, planejando de forma centralizada e articulada com os demais órgãos da administração envolvidos.

Em sua missão encontram-se também as funções de receber, distribuir e controlar processos e correspondências da administração em geral, exceto do gabinete do prefeito; a secretaria de administração e planejamento executa atividades relativas ao tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens, móveis e imóveis. Realiza também atividades relativas com a padronização, compra, estocagem e distribuição de todo o material utilizado na prefeitura municipal e exerce outras atividades correlatas, especialmente as que lhe forem atribuídas pelo chefe do executivo municipal.

Sua visão é ser referência na gestão pública, nas políticas administrativas buscando uma sustentabilidade e desenvolvimento econômico e social do município, com autonomia e autoridade, e a excelência na prestação de serviços à comunidade.

Seus valores estão elencados nos princípios fundamentais da administração pública, por meio da constatação do dever do servidor público.

Seus princípios são baseados nos princípios básicos da administração pública, no qual os principais são a legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Para que possa ser um agente probo para com suas atividades dentro do município, pois trata-se de um órgão de apoio das atividades

administrativas do município sem fins lucrativos, no qual não tens cobranças de taxas ou serviços executados.

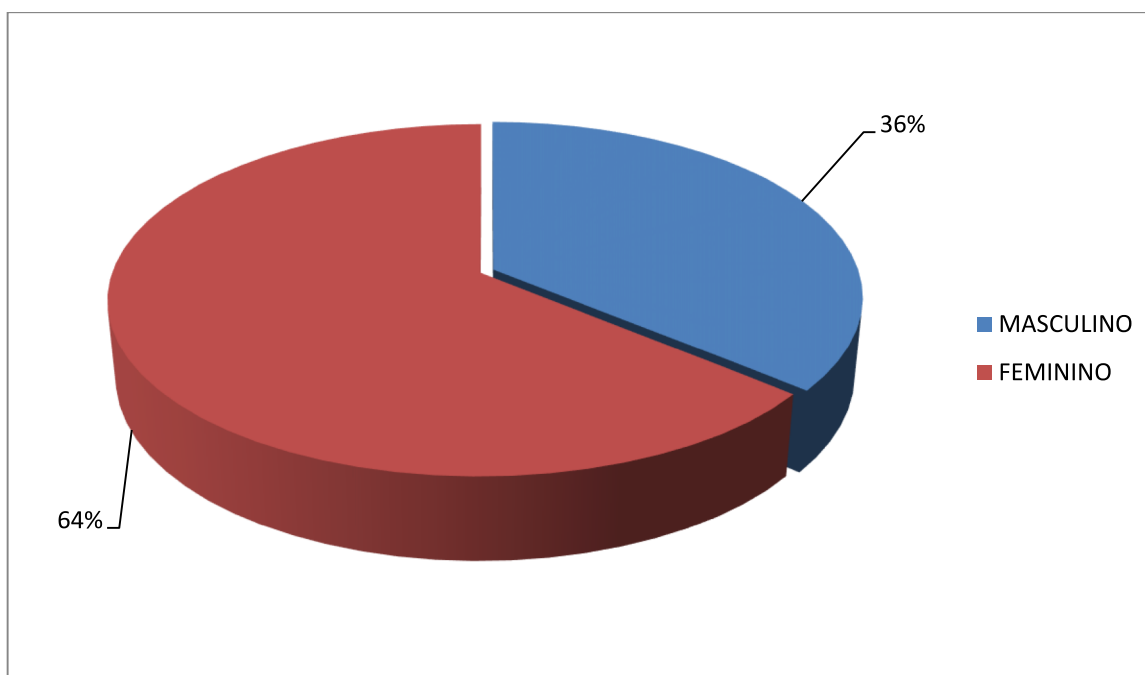
6. RESULTADOS DA PESQUISA

Na pesquisa de campo realizada no mês de junho de 2018 na cidade de Timbiras-MA, nos bairros do São Sebastião, Anjo da Guarda, Horta, Olaria, Mutirão, Forquilha e centro, no qual foi feito uma pesquisa tendo um questionário como base envolvendo 50 pessoas de todos esses bairros e de forma aleatória, onde todos foram devidamente respondidos de acordo com o conhecimento de cada pessoa.

Nota-se que um estudo é feito para adquirir conhecimentos técnicos possíveis para uso correto de técnicas e processos científicos. (GIL, 1946). É apontado também, uma pesquisa feita planejada e detalhada de dados apresentados em livros, revistas científicas, meios de comunicações eletrônicas, que são disponíveis a todas as pessoas. (VERGARA, 2003)

Foram entrevistadas 50 pessoas aleatoriamente nos bairros do município de Timbiras-MA, conforme se encontra os dados no gráfico 1 abaixo, a maior parte das pessoas que responderam o questionário foram do sexo feminino, desta forma encontram-se dentro dos 64%, enquanto a parte masculina foi menor com representação de apenas 36% dos pesquisados.

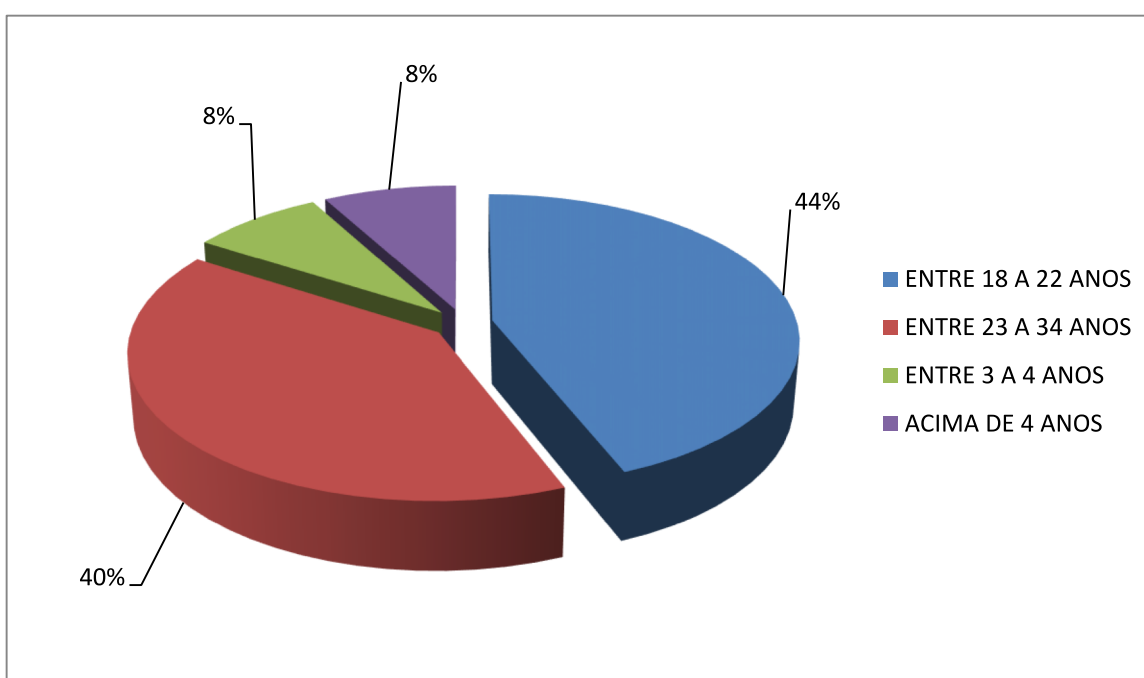
Gráfico 1: Gênero/ sexo



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Notou-se igualmente que, 44% dos moradores estão na faixa etária de 18 anos a 22 anos formando assim a maioria dos entrevistados, que tem a faixa etária de 23 anos a 34 anos uma quantia também significativa de 40% dos pesquisados, já os de 35 anos a 45 anos possuem a mesma quantia de representados com idade superior a 45 anos, no qual se apresentam com 8% cada. E esses dados, que estão visíveis abaixo no gráfico 2, mostra que a maior parte dos entrevistados dessa pesquisa de campo são jovens.

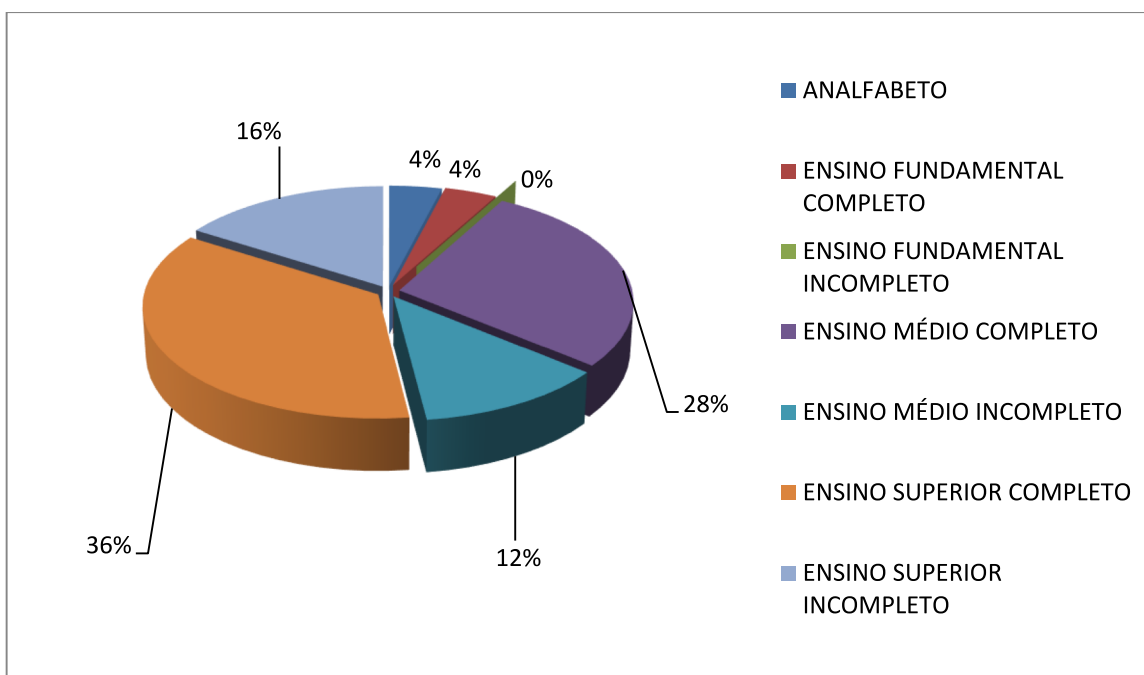
Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Interrogou-se também sobre a formação escolar, e de acordo com o gráfico 3, notou-se que 36% dos interrogados dispõem, representando a maioria, de uma escolaridade de nível superior completo, os demais índices estão distribuídos da seguinte forma: 28% são os que possuem nível médio completo, 16% representam os que tem o superior incompleto, 12% tem apenas o nível médio incompleto, os que tem fundamental completo e os que são analfabetos tem 4% cada, e não houve nenhum entrevistado que possuía apenas o fundamental incompleto. Com isso percebe-se que há um padrão maior no nível de escolaridade dos entrevistados e conseqüentemente que há uma busca maior por uma formação escolar.

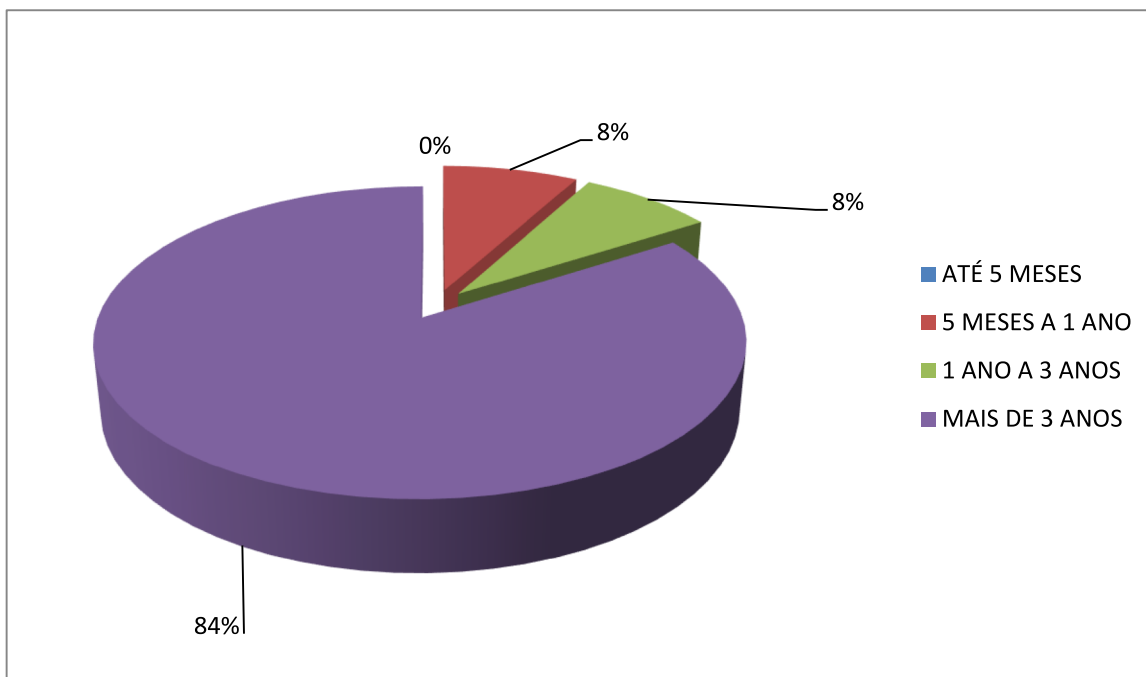
Gráfico 3: Formação escolar dos entrevistados



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Quando interrogados sobre o tempo de moradia no seu bairro, e conforme o gráfico 4, verificou-se que a maioria tem residência acima de 3 anos em seu bairro, representando assim 84% dos entrevistados, já os outros indicadores são de 8% tanto para tempo de 5 meses a 1 ano, quanto de 1 ano para 3 anos, constatando assim que a maioria dos entrevistados já residem há um bom tempo no bairro, mostrando que possuem um bom conhecimento sobre a comunidade.

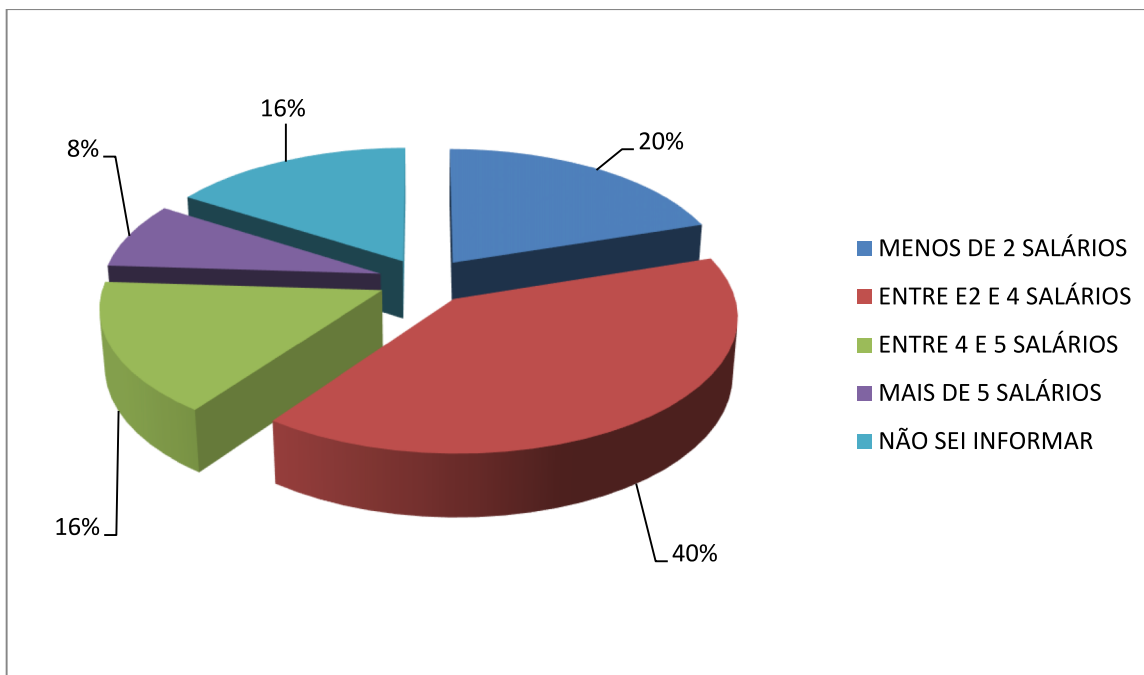
Gráfico 4: Tempo de moradia



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Investigou-se sobre qual sua renda familiar, que é observada no gráfico 5, onde a maioria dos interrogados, estão englobados nas rendas entre 2 a 3 salários que representa 40% das pessoas. E 20% representa os que possuem renda inferior a 2 salários, entre 4 a 5 representam 16%, que é a mesma porcentagem dos que não sabem sobre sua renda familiar, e apenas 8% possuem uma renda superior a 5 salários. Os questionários mostram que a situação salarial dessas famílias ainda está num patamar baixo.

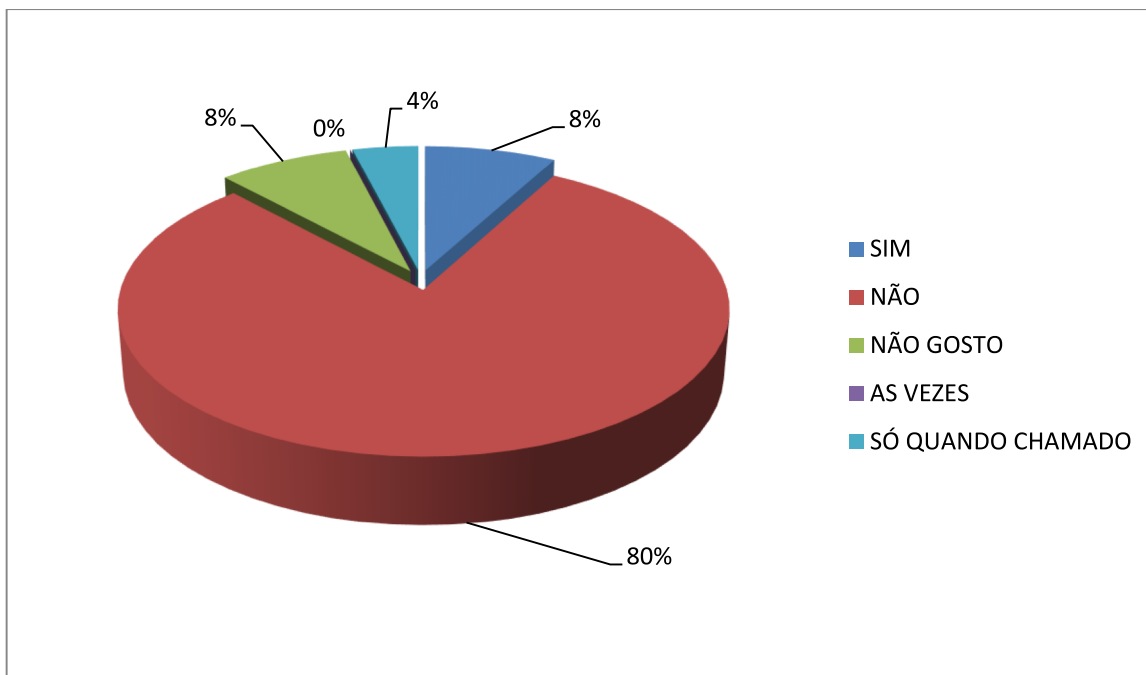
Gráfico 5: Renda Familiar



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Quando interrogados sobre sua participação em associações comunitárias, ONG's, ou reuniões em seu bairro, conforme o gráfico 6, com 80%, a grande maioria disse não se envolver. As outras opções feitas no questionário mostram que, 8% tanto participam como também a mesma porcentagem não gosta de participar, já 4% só participam quando são chamados. Com isso demonstram o grande desinteresse da população em relação a essas reuniões que buscam falar da comunidade.

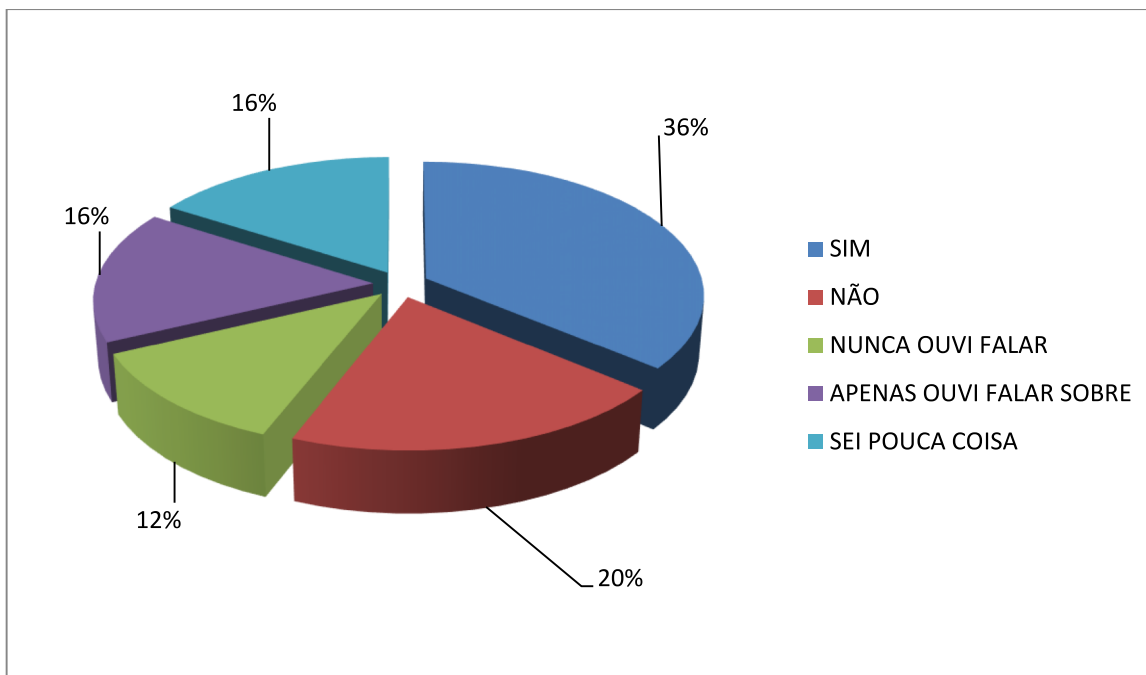
Gráfico 6: Participação da população em associações e reuniões no bairro



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Perguntou-se também se sabem o que seja orçamento participativo, visto no gráfico 7, e a maior parte dos entrevistados responderam que sabem o conceito de orçamento participativo, representando 36% das pessoas. Já os demais índices estão constituídos por 20% dos entrevistados não sabem sobre o que seja, 16% representam tanto os que sabem pouca coisa sobre e os mesmos 16% também dizem que apenas já ouviu falar, e 12% nunca ouviram falar sobre o que seja orçamento participativo e essa é a primeira vez que ouviram. Percebe-se, que nos procedimentos do orçamento participativo, as pessoas são capazes de envolver-se mais nas decisões do governo, e podendo mostrar as prioridades de sua comunidade caso passem a usar essa informação para orientar outras pessoas e instigar as mesmas a participar desse processo.

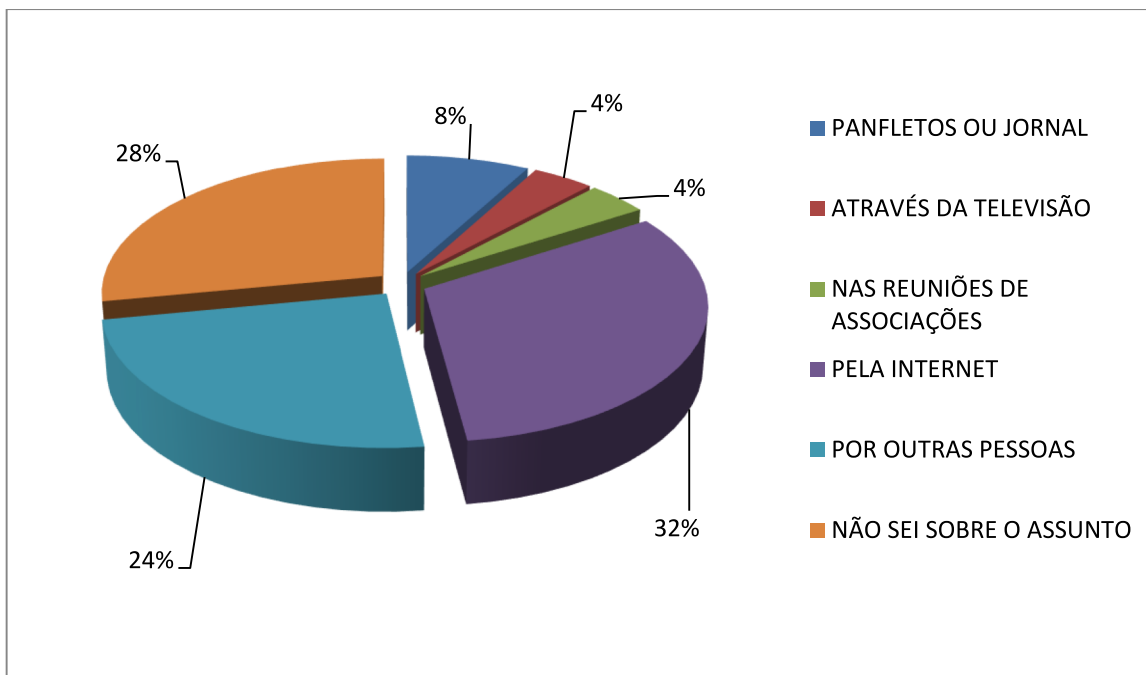
Gráfico 7: Conceito sobre orçamento participativo



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Quando questionados sobre a forma que obtiveram conhecimento sobre orçamento participativo, de acordo com o gráfico 8, mostraram que 32% tomou conhecimento sobre o assunto através da internet, já 28% dos entrevistados não sabem sobre o assunto, 24% souberam por outras pessoas, 8% por jornais ou panfletos, e por televisão e reuniões de associações foram ambos 4%. Com isso mostra que as pessoas usam bem a internet para informarem-se de assuntos pertinentes a comunidade.

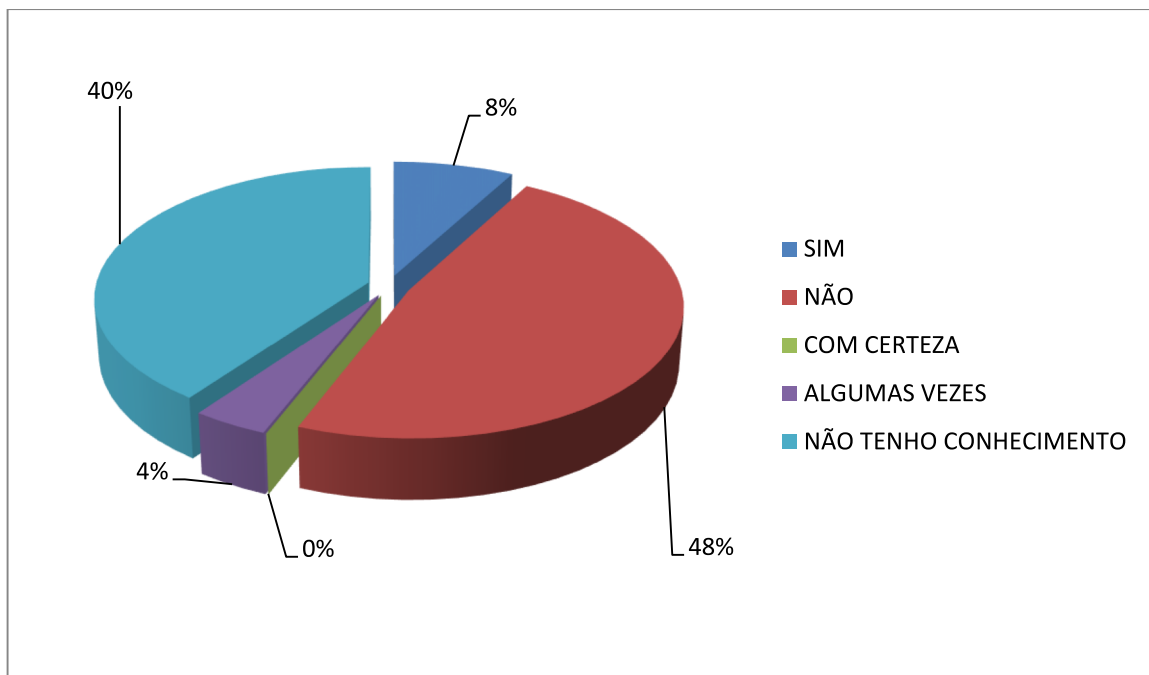
Gráfico 8: Ciência sobre a existência do OP.



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

No momento em que as pessoas foram interrogadas sobre sua participação na criação e aplicação do orçamento participativo, nota-se no gráfico 9, que a maioria acredita que não houve participação da comunidade, computando 48% dos entrevistados. No entanto 40% diz não ter conhecimento sobre o assunto então não poderiam opinar, 8% dizem que há sim a participação da sociedade na criação e aplicação do orçamento participativo em Timbiras-MA, já 4% diz que apenas em algumas vezes houve essa participação. As pessoas são de suma importância para a criação e aplicação do orçamento participativo, pois além de passar os problemas de seu bairro para o órgão público, poderá está dando soluções para esses problemas que são vividos mais de perto por eles, e tendo essa grande maioria que não participam desse exercício de cidadania, mostra o desinteresse frente aos seus problemas.

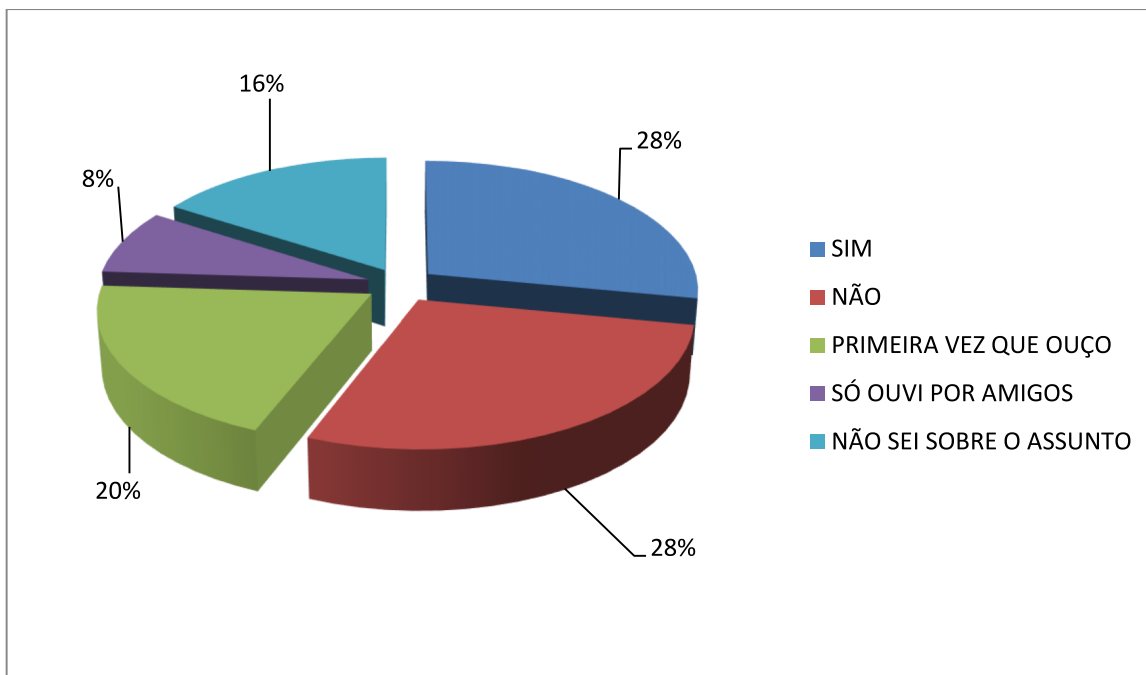
Gráfico 9: Participação da comunidade na criação e aplicação do O.P. no seu município.



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Perguntados se têm conhecimento sobre essa importante ferramenta de participação popular, que é o orçamento participativo, em conformidade com o gráfico 10, notou-se que houve respostas contrárias que possuíram o mesmo número de respostas, no qual 28% responderam que sim e outros 28% responderam que não. Já os demais índices dizem que 20% dos entrevistados disseram que essa foi a primeira vez que ouviram sobre o tema, 16% não sabiam nada sobre o assunto e 8% somente ouviram através de amigos.

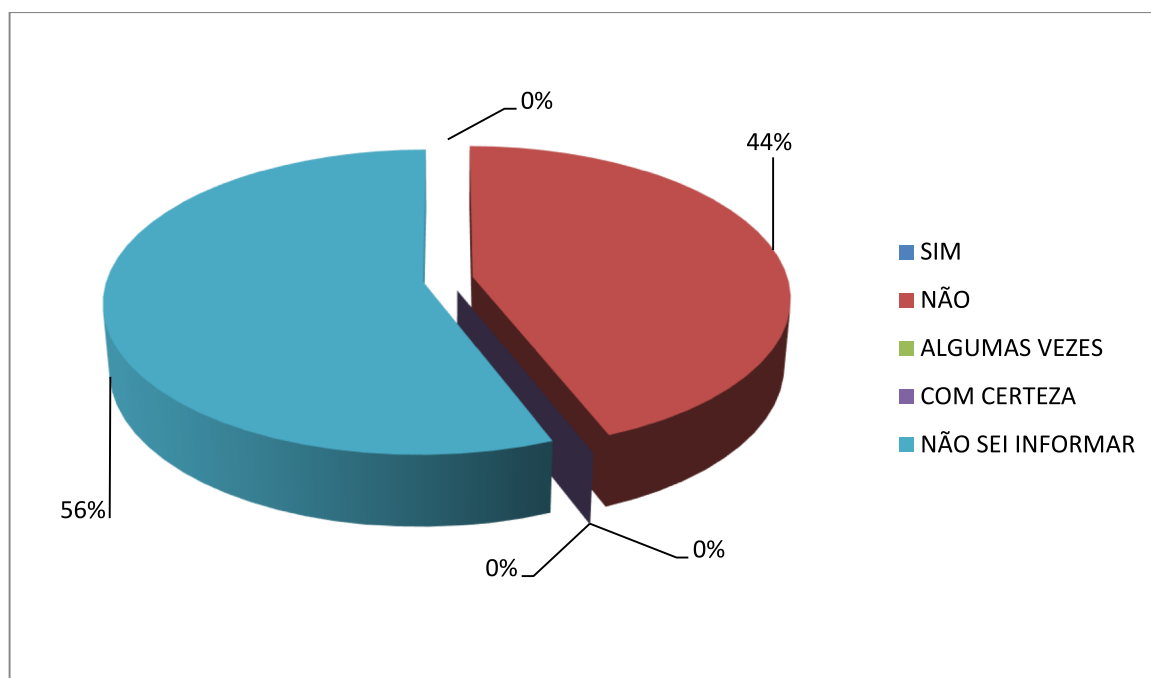
Gráfico 10: Conhecimento da existência do OP.



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

No momento em que foi questionado se no seu bairro houve reuniões para debaterem sobre o orçamento participativo, de acordo com o gráfico 11, apenas dois quesitos foram respostas, a maior parte representando 56% das pessoas pesquisadas não souberam informar, e 44% acham que não houve reuniões em seu bairro. Com isso mostra o grande desinteresse ou desconhecimento das pessoas para reunirem-se com intuito de levar os problemas da sua comunidade para a administração municipal.

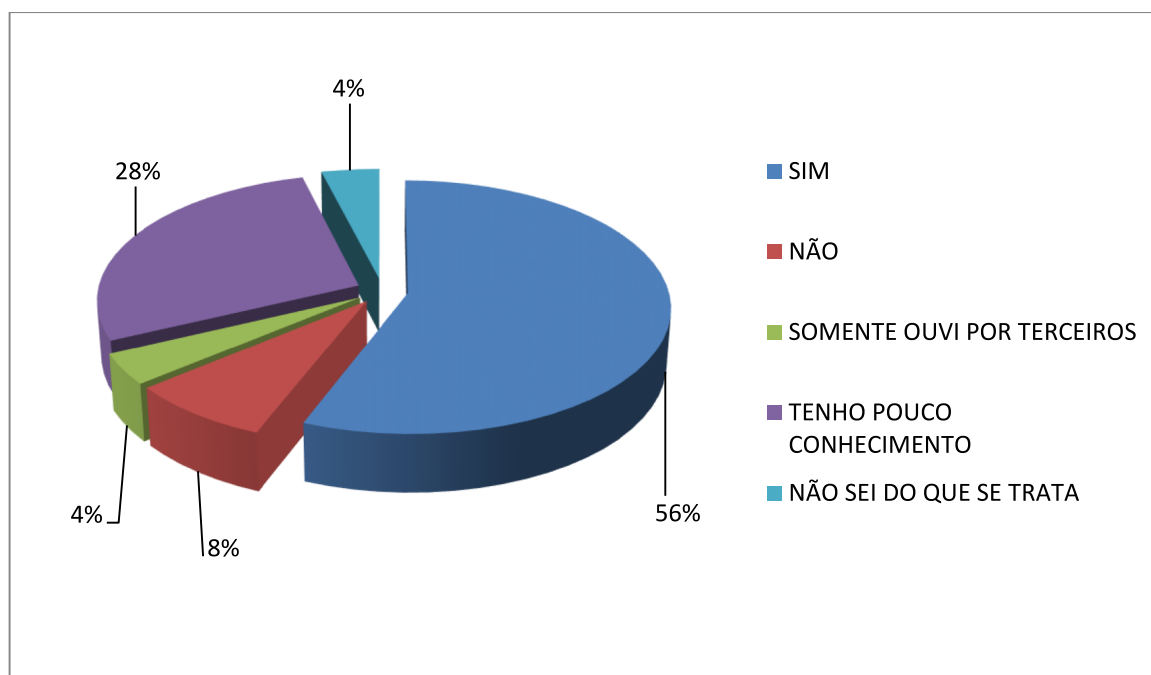
Gráfico 11: Reuniões do OP no seu bairro.



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Quando entrevistados sobre o que seja a transparência na gestão pública, como veremos no gráfico 12, a grande maioria das pessoas responderam conhecer sobre o que seja essa transparência, anotando assim 56% dos entrevistados, no qual os demais estão divididos em 28% para os que têm pouco conhecimento, 8% para os que não têm conhecimento, 4% somente ouviram o nome através de outras pessoas e os mesmos 4% não sabem nem mesmo do que se trata. Um fator bastante predominante nas pessoas quando falamos de administração pública e seus gastos, é a transparência. Acredito que daí venha um interesse maior em se informar sobre esse assunto.

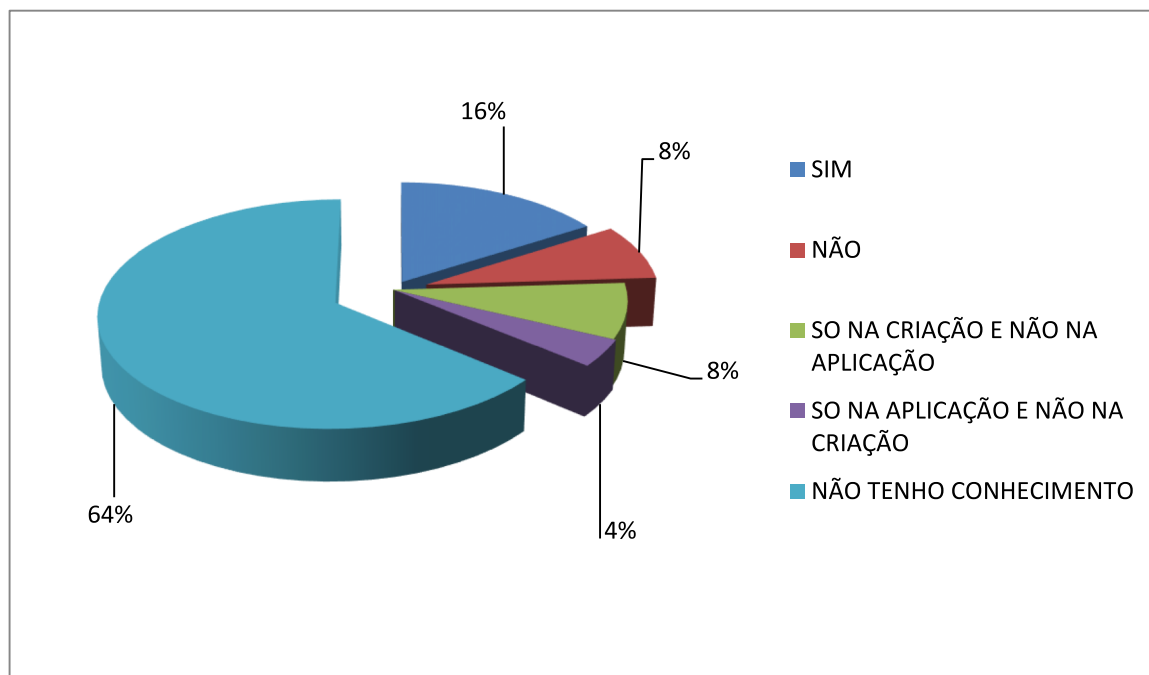
Gráfico 12: Conhecimento sobre transparência na gestão pública.



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Outro ponto da pesquisa importante foi quando perguntados se acham que teve transparência na criação e aplicação do orçamento participativo de Timbiras-MA, conforme mostra o gráfico 13, onde a maioria respondeu que não possui conhecimento sobre esse assunto, representando 64%, já os demais estão distribuídos em: 16% disseram que sim, 8% responderam que não houve nem na criação e nem mesmo na aplicação, 8% também disse que teve na criação e não na aplicação, 4% que houve transparência na aplicação e não na criação.

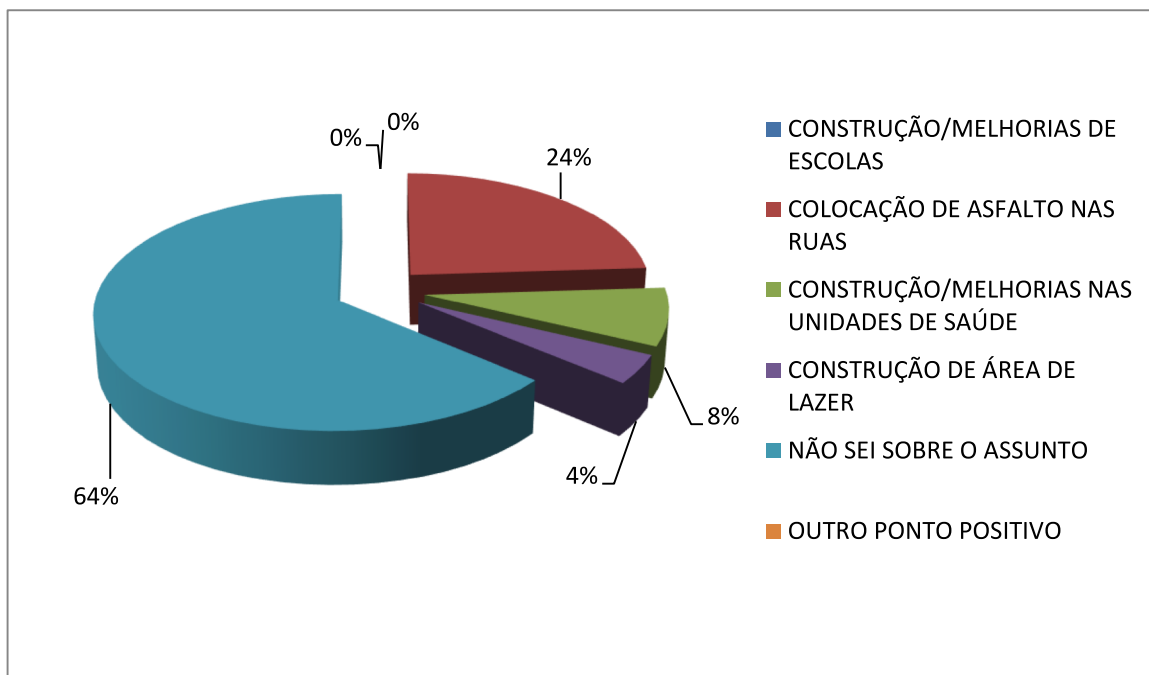
Gráfico 13: Transparência na criação e aplicação do OP em Timbiras-MA.



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

Questionados sobre o que acharam que foi relevante na criação do orçamento participativo em seu bairro, observado no gráfico 14, que a maioria dos entrevistados responderam que não sabem sobre o assunto computando 16%, e 24% responderam que a colocação do asfalto nas ruas de seu bairro foi o fator mais determinante, 8% responderam que a construção ou melhorias nas unidades de saúde que foi mais relevante, 4% construção de áreas de lazer. Considera-se que a maior parte da população não está engajada no exercício da administração frente aos benefícios de seu bairro.

Gráfico 14: Relevância do OP para o seu bairro.



Fonte: Reis, A. L. C. 2018

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão deste trabalho podemos frisar que, o estudo trouxe a relevância de que o orçamento participativo é uma maneira de manter a comunidade melhor esclarecida e com mais entendimento, para que as deliberações da população sejam realizadas, com os fundos originários do orçamento participativo.

No decorrer do trabalho, apurou-se a relevância do uso da cidadania diante das comunidades, pois examinou-se as ligações existentes da falta de transparência na execução do orçamento participativo com o desinteresse das pessoas do município.

O estudo mostrou que a maioria das pessoas pesquisadas obteve conhecimento sobre o que é orçamento participativo através da internet, isso mostra o poder da influência digital no mundo atual, no qual as pessoas sempre buscam mais conhecimentos através da internet, só que em segundo lugar ficaram as pessoas que não tem conhecimento sobre o que seja orçamento participativo, demonstrando assim que há uma falta de incentivo do poder público em passar informações sobre ferramentas de cunho popular para essas pessoas que não tem conhecimentos sobre orçamento participativo, porém nota-se também um certo desinteresse das mesmas em participar de ações que tenham um contato direto com a administração municipal, no qual poderiam dar sugestões visando melhorias em sua comunidade;

Notou-se também que as pessoas não debatem sobre a atuação deles na criação do orçamento participativo, demonstrando assim, que quase não existe a participação da comunidade, que é fundamental para a eficácia dessa ferramenta de participação popular.

Percebeu-se que as pessoas pesquisadas não se envolvem com o exercício da cidadania em seu bairro, confirmando um desinteresse por parte delas, que por sua vez devem levar em conta a importância que tem sua participação nesse modelo de gestão participativa, que visa a aquisição de seus direitos.

Constatou-se, que posterior à investigação dos questionários feitos no estudo de caso, que há um grande desconhecimento dos cidadãos na transparência da criação e aplicação do orçamento participativo em Timbiras-MA, mostrando assim que a falta de conhecimento pode ser o maior responsável da não participação das pessoas em ações governamentais. A transparência não tem tanta facilidade em sua execução, pois, os que geralmente comandam essa ferramenta de transparência

muitas vezes não possuem a prática necessária ou então possuem certa tendência em beneficia-se ilicitamente dentro do órgão público, pois essa ferramenta é bem importante no controle social e seu uso correto diminui assim os índices de corrupção dentro da gestão pública, por isso é de extrema importância a utilização e aplicação do conhecimento e é nessa situação que as pessoas devem prender-se, com um foco em chegar até seu objetivos frente as necessidades e desejos da comunidade, e assim fazer com que a transparência seja um instrumento de execução continua de direitos e deveres do cidadão.

Aconselha-se, que haja por parte dos órgãos municipais uma iniciativa de informar mais sobre suas ações de transparência do orçamento participativo nos bairros e comunidades, gerando com isso um conhecimento da população e conseqüentemente interesse no desenvolvimento e melhorias de seu bairro.

Portanto, com a conclusão deste trabalho, compreende-se que a problemática exposta neste estudo, está muito ligada a falta de conhecimento da população sobre uma das principais ferramentas de participação popular, e grande parte desse desconhecimento vem por meio da ineficácia na transparência do município. No entanto, a ética na gestão pública é regida pelos princípios fundamentais que são: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Com a falta do conhecimento na transparência do orçamento participativo, o estudo mostra uma ineficiência do princípio da publicidade na gestão público do município, fazendo assim que haja uma grande imparcialidade da população frente aos problemas locais.

Contudo, recomenda-se a gestão pública que promova uma forma para levar esse conhecimento às comunidades e buscar estimular a participação da população na administração do município, essas informações podem chegar através de informativos, panfletos, matérias jornalísticas expostas no canal local, assembleias nos bairros, visitas de agentes administrativos de casa em casa, sessões itinerantes da câmara dos vereadores nas comunidades (neste caso já houve esse processo no município, mas sem pautas voltadas a essa problemática), mais informações sobre o orçamento participativo no portal de transparência, passando conhecimento das ferramentas de participação popular e salientando a importância de cada cidadão no processo de decisões.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Participação Cidadã nas Políticas Públicas. IN: **Participação Cidadã: Novos Conceitos e Metodologias**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2004. 168 p.
- ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**. Brasília: UNB, 1997.
- Art. 1º O Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração Estadual, instituído pelo **Decreto nº 43.673**, de 4 de dezembro de 2003, <http://codigo-de-etica.info/index.html>.
- BONAVIDES, Paulo, **Teoria Constitucional da Democracia Participativa: Por Um Direito Constitucional De Luta E Resistência, Por Uma Nova Hermenêutica, Por Uma Repolitização da Legitimidade**. 2003.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**/organização Anne Joyce Angher – 12. ed. – São Paulo: Rideel, 2006. – (Coleção de leis Rideel. Série compacta).
- CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 13. ed. 2. Reimpr. São Paulo: Ática, 2004.
- CIDADANIA, Observatório da Justiça e da. **Justiça & Cidadania**. Ceará – Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006. 32 p.
- CIDADE, Estatuto da. **Direito Urbanístico**. Disponível em: <<http://www.estatutodacidade.com.br/>>. Acesso em: 28 Agosto 2010.
- Código de Ética**, disponível em: <<http://codigo-de-etica.info/index.html>>, Acesso em 10 de janeiro de 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre cidadania e modernidade**. Revista *Ágora* – Políticas públicas e Serviço Social, Ano. 2, Vol.3, dez. 2005. Disponível em: www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc. Acesso em 10 out. 2013.
- GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa** /4 ed. 9ª reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IBGE**. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>. Acesso em: 27 de junho de 2018.
- LIMA, Ruy Cirne. **Princípios de Direito Administrativo**. 7ª ed. revista e reelaborada por Paulo Alberto Pasqualini. São Paulo. Malheiros Editores. 2006.
- OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. Orçamento Participativo: Instrumento de Democratização da Gestão Pública. IN: **O Poder, o Controle Social e o Orçamento Público**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2005. 156 p.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade: para compreender** - Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64p.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz.** São Paulo: Manole, 2001.

TEIXEIRA, Alberto. **Guia da cidadania para a transparência: prevenção contra corrupção.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

TEMÁTICAS, Portal de Pesquisas. **ONGs.** Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/>>. Acesso em: 28 Agosto 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

QUESTIONÁRIO

Pesquisa de Campo

Interrogatório de opinião pública, avaliando os moradores dos bairros de São Sebastião, Anjo da Guarda, Horta, Olaria, Mutirão, Forquilha e centro do município de Timbiras, para elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC), como condição fundamental para aprovação no curso de administração da universidade federal do Maranhão (UFMA).

Tema: Ética na gestão pública: orçamento participativo, transparência e imparcialidade da população no município de Timbiras-MA.

01) Gênero/Sexo:

- Masculino
- Feminino

02) Tens quantos anos?

- Entre 18 e 22 anos
- Entre 23 e 34 anos
- Entre 35 e 45 anos
- Acima de 45 anos

03) Formação escolar?

- analfabeto
- ensino fundamental completo
- ensino fundamental incompleto
- ensino médio completo
- ensino médio incompleto
- ensino superior completo
- ensino superior incompleto

04) Há quanto tempo mora nesse bairro?

- Até 5 meses
- 5 meses a 1 ano
- 1 ano a 3 anos
- Acima de 3 anos

05) Renda familiar:

- Menos de 2 salários
- Entre 2 e 4 salários
- Entre 4 e 5 salários
- Acima de 5 salários
- Não sei informar

06) Você participa de alguma associação comunitária, Organizações não governamentais, ou reuniões em seu bairro para definir prioridades para benefício da comunidade.

- Sim
- Não
- não gosto
- as vezes
- Só quando sou chamado

07) Você tem conhecimento sobre o que seja orçamento participativo?

- Sim
 - Não
 - nunca ouvi falar
 - apenas ouvi falar sobre
 - sei pouca coisa sobre
 - Outro(fale sobre)
-

08) Possui-se conhecimento sobre Orçamento Participativo, como soube?

- por panfletos ou jornal
 - através de televisão
 - nas reuniões da associação
 - pela internet
 - Através de outras pessoas
 - outro meio
-

09) Você acha que as pessoas de seu bairro participaram da criação e aplicação do Orçamento Participativo em Timbiras?

- Sim
- Não
- com certeza
- algumas vezes
- Não tenho conhecimento

10) Você sabe que tens essa ferramenta de participação popular nas decisões da gestão de Timbiras?

- sim
- não
- primeira vez que ouço sobre o assunto
- só ouvi através de amigos
- não sei nada sobre o assunto

11) No seu bairro houve reuniões para debaterem sobre o orçamento participativo?

- sim
- não

- algumas vezes sim e outras não
- com certeza
- não sei informar

12) Você tem conhecimento sobre o que seja transparência na gestão pública?

- Sim
- Não
- somente ouvi o nome por terceiros
- tenho pouco conhecimento
- Não sei do que se trata

13) Você acha que teve transparência na criação e aplicação do orçamento participativo em Timbiras?

- Sim, tanto na criação como aplicação
- Não, em nenhum dos quesitos
- teve na criação mas não na aplicação
- Teve na aplicação mas não na criação
- não tenho conhecimento sobre o assunto

14) Para você, o que acha que foi relevante na criação do orçamento participativo para seu bairro?

- construção ou melhorias de escola
- colocação de asfalto nas ruas
- construção ou melhorias nas unidades de saúde
- construção de área de lazer
- não sei sobre o assunto
- Outro ponto positivo